

Acordo prevê corte inicial de gastos de US\$ 900 bi nos EUA

Naftali Bendavid e Carol E. Lee

Obama anuncia acerto com Congresso americana para a elevação do teto da dívida federal

O presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, disse ontem à noite que líderes dos dois partidos americanos haviam chegado a um acordo ontem à noite para aumentar o teto de endividamento do governo e, ao mesmo tempo, cortar os gastos públicos. Já o presidente da Câmara, John Boehner, um importante líder do opositor Partido Republicano, disse a seus correligionários que haviam chegado às diretrizes de um acordo com Obama para aumentar o teto de endividamento, segundo um parlamentar.

No fim da tarde, funcionários do Congresso haviam dito que o acordo aumentaria o teto de endividamento em cerca de US\$ 2,4 trilhões, o que poderia evitar que o país deixasse de pagar algumas de suas contas.

Um tal acordo ainda teria de conquistar o apoio dos republicanos, que são maioria na Câmara, e ser aprovado no Senado, controlado pelo Partido Democrata, de situação. "Ainda não terminamos", disse Obama. Ele acrescentou que o acordo não inclui tudo que ele queria nas negociações.

A Casa Branca e líderes do Senado acreditam que uma aprovação por larga margem no Senado tornaria difícil para a Câmara recusar.

O acordo evitaria uma moratória americana, uma perspectiva que tem assustado investidores, economistas e governos ao redor do mundo nos últimos dias. Ainda não estava claro ontem à noite se o acordo discutido em Washington impediria que agências de avaliação de risco rebaixassem a nota AAA dos títulos de dívida do Tesouro americano, que estão presentes nas reservas internacionais de muitos países. As consequências de uma moratória ou de um rebaixamento da dívida podem ser inúmeras e imprevisíveis, especialmente num momento em que a economia do mundo desenvolvido ainda tem dificuldades para retomar o crescimento.

O pacto discutido em Washington aumentaria o teto de endividamento em US\$ 2,4 trilhões em três etapas e traria inicialmente cerca de US\$ 900 bilhões em cortes de gastos ao longo de 10 anos. Um comitê especial de parlamentares seria incumbido de encontrar outros US\$ 1,5 trilhão em reduções de déficit, o que poderia ser feito via reforma tributária e mudanças em programas de assistência social.

Apesar de todo o drama, o acordo deixa sem resposta as questões mais difíceis, abrindo o caminho para meses e anos de debate adicional e de dificuldades fiscais. Ele impõe tetos para gastos nos próximos dez anos, mas deixa para comitês do Congresso a decisão sobre que programas serão cortados.

E ele lança um debate feroz e de longa duração sobre como reescrever a legislação tributária e que mudanças fazer em programas usados por milhões de americanos, como a Previdência Social e o Medicare, de assistência médica a idosos. Essas questões acabaram sendo arquivadas nesse debate.

Então, embora uma incerteza seja retirada da economia americana com o aumento do teto de endividamento, várias outras seriam prolongadas.

Durante anos, aumentar o limite para o governo tomar empréstimos foi uma questão rotineira no Congresso. A batalha esquentou desta vez porque muitos parlamentares disseram que não aumentariam o limite de US\$ 14,29 trilhões a menos que isso fosse ligado a um pacote de redução do déficit. Representantes do Tesouro têm avisado há meses que, sem um aumento do teto de endividamento até 2 de agosto, o governo ficaria sem dinheiro para pagar suas contas, inclusive contratos com empreiteiros, os beneficiários da previdência e a pensão de veteranos de guerra.

Os dois partidos vinham se digladiando há semanas para resolver suas diferenças em questões de gastos e endividamento, com acusações e nomes feios partindo de ambos os lados, enquanto o público assistia com crescente dissabor, sugerem pesquisas de opinião. Mesmo que a briga sossegue por enquanto, pode levar tempo para as feridas políticas cicatrizarem.

"Espero que esse acordo garanta ao povo americano que nós vamos cumprir com nossas obrigações - não apenas fiscalmente, mas também vamos cumprir nossas obrigações para com eles para governar", disse o senador republicano John McCain.

Alguns economistas avisaram que o tamanho e a certeza dos cortes do déficit não são o bastante para o governo dos EUA evitar um rebaixamento de sua nota de crédito, que é a mais alta possível. "A espada de Dâmocles, na forma de um possível rebaixamento da nota de crédito, ainda está sobre a cabeça dos EUA e do sistema financeiro mundial", disse Ham Bandholz, economista-chefe da UniCredit Research. Outros especialistas têm sido mais otimistas, prevendo que um rebaixamento da nota produziria só um pequeno aumento dos juros.

O Senado deve aprovar qualquer acordo assinado por líderes partidários. Mas a Câmara é uma questão muito mais difícil, já que os mais conservadores do Partido Republicano forçaram o presidente da casa, o também republicano John Boehner, a retirar e reescrever um plano que ele havia criado e para o qual tinha pedido apoio desses parlamentares. Depois de engrossar o palavreado do projeto, a Câmara o aprovou por uma pequena margem.

Um acordo provavelmente seria rejeitado pelos membros mais liberais do Partido Democrata e pelos mais conservadores dos republicanos. Os democratas estão descontentes porque os cortes de gastos vão atingir programas sociais e não são acompanhados de aumentos de impostos.

Mas alguns republicanos acham que os cortes não foram profundos o bastante. Uma questão-chave para Boehner é se ele pode convencer mais de metade dos 240 deputados de seu partido a aprovar o acordo, já que não o fazer levantaria dúvidas sobre até que ponto ele tem o apoio do partido.

"Precisamos fazer algo o mais rápido possível, e acredito que todos os lados estão cientes da urgência", disse Reid, o líder da maioria no Senado. Ele se descreveu como "cautelosamente otimista", mas acrescentou: "Otimismo nos últimos dias tem sido frequentemente pisoteado."

Ambos os partidos estão saindo feridos da briga, que pôs a economia do país em risco enquanto eles competiam para ver quem era mais teimoso. Muitos democratas estão irados porque republicanos conseguiram tantas concessões em cortes de gastos, e acusam Obama de ter cedido fácil demais.

Do lado republicano, parlamentares apoiados pelo movimento conservador Tea Party exibiram sua força durante o debate, mas sua confrontação com líderes partidários levantou questões sobre seu futuro no partido.

Fonte: Valor Econômico, São Paulo, 1 ago. 2011, Primeiro Caderno, p. A11.